**SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO - SPD**

**NOTA TÉCNICA N° 11/2013/SPD**

|  |  |
| --- | --- |
| **ASSUNTO:** Audiência Pública**ÁREA RESPONSÁVEL:** SPD | **REFERÊNCIA:** Alteração do Regulamento ANP 05/2005 (Processo 48610.001201/2013-03)  |
| **TÍTULO:** Submete à nova Consulta e Audiência Pública proposta de alteração do Regulamento nº 5/2005, para inclusão de dispositivo que trata da utilização de recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D para levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas que visem à melhoria do conhecimento das bacias sedimentares do país. |
| 1. **DO PROBLEMA**

Necessidade de ajustar o Regulamento ANP 05/2005 de modo a permitir que os concessionários possam contratar com instituições de pesquisa credenciadas pela ANP, projetos de pesquisa que envolvam o levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos, desde que tais projetos sejam previamente autorizados pela ANP.**I.1 – DESCRIÇÃO**Em de 21 de janeiro de 2013, a Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, com base na Proposta de Ação nº 1186, de 26 de outubro de 2012, aprovou a Resolução de Diretoria nº 86, que autorizou, excepcionalmente, a Petróleo Brasileiro S.A a utilizar parte do saldo apurado no período 1998-2004 referente aos recursos não investidos nas instituições de pesquisa para a perfuração do poço estratigráfico objeto da Autorização SDT nº 403, de 04/09/2012 (Poço Estratigráfico 2-ANP-3-BA, localizado na Bacia do São Francisco), com o propósito de levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos. A referida Resolução determinou ainda a realização de Audiência Pública, precedida de Consulta Pública por 15 (quinze) dias com vistas à inclusão no Regulamento Técnico ANP nº 5/2005 de dispositivo admitindo, mediante autorização prévia da ANP, a utilização de recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D para levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas.A alteração proposta tem como objetivo permitir que as instituições brasileiras de pesquisa credenciadas pela ANP e que se encontram capacitadas a elaborar a análise dos dados coletados possam contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras, em especial das bacias terrestres, que são pouco conhecidas e pouco exploradas. A aquisição de dados permitirá conhecer o potencial petrolífero dessas áreas e, assim, contribuir para a expansão das fronteiras exploratórias do País.Para tanto, propôs-se a inclusão de item específico autorizando as instituições de pesquisa credenciadas pela ANP a realizarem, com recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D, levantamentos de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos. Os dados obtidos, nos termos da Resolução ANP nº 11/2011, serão considerados dados públicos de fomento, estando vedada a realização de levantamentos em áreas sob concessão e cuja atividade esteja associada a compromissos previstos no programa exploratório, assumidos pelo concessionário no âmbito do contrato de concessão para exploração de produção de petróleo e gás natural.Sem prejuízo do disposto na Resolução ANP nº 11/2011, os projetos de pesquisa que incluam levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos das bacias brasileiras deverão ser submetidos à autorização prévia da ANP.A ANP, tendo em vista suas atribuições de promover estudos visando à delimitação de blocos para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, conforme estabelecidas pela Lei nº 9478/97, poderá sugerir áreas onde tais estudos devam ser realizados. Nos termos dos atos normativos da ANP, foi realizada a Consulta Pública e Audiência Pública nº 04/2013, que teve como objetivo recolher subsídios e informações para o processo decisório e propiciar o encaminhamento de pleitos, opiniões e sugestões dos agentes do setor sobre tal proposta. Durante a consulta, a única contribuição recebida foi do IBP, que sugeriu a alteração do texto então proposto no sentido de incluir a previsão de que os levantamentos de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos pudessem ser realizados por empresas brasileiras “*sempre no âmbito de um projeto executado por uma Instituição Credenciada”.*A SPD entendeu que essa sugestão estava coerente com o objetivo da alteração do regulamento e que a mesma deixava mais clara a possibilidade de contratação de terceiros para levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos, propondo-se, então a incorporá-la ao texto originalmente submetido à Consulta Pública e Audiência Pública nº 04/2013.A matéria foi submetida à análise da PRG que se pronunciou sobre o tema por meio do Parecer nº 245/2013/PF-ANP/PGF/AGU, da Nota nº 216/2013/PF-ANP/PGF/AGU e do Parecer nº 609/2013/PF-ANP/PGF/AGU, firmando o entendimento de que a nova proposta após a realização de audiência pública alteraria tacitamente os itens do regulamento que tratam dos percentuais de despesas de P&D. Com base em tal entendimento, a PRG indicou a necessidade de que a proposta fosse submetida a novo processo de consulta e audiência pública.Em reunião realizada em 16 de outubro de 2013, a Diretoria Colegiada deliberou, então, pela realização de nova consulta e audiência pública, determinando, ainda, que fosse incorporada ao texto a previsão de que as Instituições credenciadas pudessem receber recursos de P&D também para efetuar a **guarda** de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos com vistas ao desenvolvimento de estudos que visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, entendendo-se que tal proposta ampliaria as opções para a aplicação dos recursos de P&D e iria ao encontro do interesse de diversas universidades que já demonstraram interesse de abrigar bancos de rochas.**I.2 – HISTÓRICO**O Regulamento Técnico nº 5, aprovado em 2005, estabelece as definições, diretrizes e normas para a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento a que se refere a “Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento”, presente nos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, bem como disciplina as regras para comprovação das despesas realizadas pelos concessionários. Decorridos sete anos da edição do mencionado Regulamento, faz-se necessário a realização de ajustes, sendo este o primeiro de outros que deverão ocorrer posteriormente.**I.3 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**Lei nº 9.478, de 06/08/1997.**I.4 – AGENTES ENVOLVIDOS/GRUPOS AFETADOS**Concessionários para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.Instituições de pesquisa credenciadas pela ANP**I.5 – ÁREAS DE INTERFACE NA ANP**SPD, PRG. |
| 1. **DOS OBJETIVOS DA INTERVENÇÃO REGULATÓRIA**

Permitir que as instituições brasileiras de pesquisa credenciadas pela ANP e que se encontram capacitadas a elaborar a análise dos dados coletados possam contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras, em especial das bacias terrestres, que são pouco conhecidas e pouco exploradas. |
| 1. **DA ANÁLISE DAS OPÇÕES**

Não há medidas alternativas. **III.1 – INFORMAÇÕES TÉCNICAS** Não se aplica.**III.2 – ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO**Não há impacto financeiro. Não há impactos em outros instrumentos legais (apenas sobre o Regulamento 05/2005).A presente proposta terá como benefício a ampliação do conhecimento das bacias sedimentares do Brasil.  |
| 1. **DA CONSULTA AOS GRUPOS AFETADOS**

Consulta Pública, seguida de Audiência Pública.  |
| 1. **CONCLUSÃO**

Diante das considerações e tendo em vista a importância para o País do conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, propõe-se a inclusão no Regulamento ANP nº 05/2005 do seguinte dispositivo:8.2 Serão admitidas, mediante autorização prévia da ANP:.......................................................*8.2.8 As despesas realizadas em projetos qualificados como Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, desde que tais estudos visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, tenham por objetivo gerar dados públicos de fomento, nos termos da Resolução ANP nº 11/2011, e não estejam associados a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural.**8.2.8.1 Na impossibilidade de levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos pela instituição de pesquisa credenciada, os trabalhos necessários a tais levantamentos poderão ser contratados junto a empresa, constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, que possua autorização da ANP, desde que previsto no projeto de desenvolvimento da pesquisa submetido à autorização prévia da ANP, podendo as despesas decorrentes desta contratação serem deduzidas da parcela da obrigação de investimentos em instituições de P&D de que trata o item 7.3.**8.2.8.2 É de responsabilidade do concessionário a entrega dos dados à ANP, em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 11/2011, independente do andamento do projeto no âmbito da instituição de pesquisa.* |
| 1. **IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO**

Resolução de Diretoria aprovando a alteração do Regulamento.Autorização de projetos de P&D com acompanhamento pela SPD. |

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CHEFIA DIRETA